

“Moratória, nosso maior erro”

Enquanto o ministro Mafelson da Nóbrega segue uma política realista, buscando fazer com os bancos credores um acordo para evitar que o País seja ameaçado pela mais grave recessão de sua história, o presidente José Sarney se dá conta, finalmente, de que a decretação da moratória parcial, em fevereiro do ano passado, “foi nosso maior erro”.

Nosso, não: seu. Naturalmente, poderá alegar que recebeu informações falsas, transmitidas de boa-fé pelo ministro da Fazenda, enganado por seus assessores. Ocorre, porém, que o presidente tinha também sua assessoria pessoal e que seu ministro, na época, era o sr. Dilson Funaro, que até hoje defende a moratória. A única informação verdadeira que recebeu, então, foi que as reservas cambiais — em consequência da política de controle absoluto de preços, peça-mestra do Plano Cruzado — se estavam esgotando, não permitindo sequer honrar os compromissos de curto prazo.

Diante de tal situação, só havia uma saída: revelar aos credores a situação real e iniciar um processo de renegociação da dívida, que incluiria entendimentos com o FMI, para encontrar uma solução. O grande erro foi pensar que, com a

moratória, o País criaria condições para renegociar em posição de força, podendo aumentar as reservas. Hoje, o presidente da República tem de reconhecer que seu ato de bravura só fez enfraquecer o País e que será preciso renegociar em condições mais adversas. Com efeito, a despeito do superávit de 11,2 bilhões na balança comercial, as reservas não são, neste momento, muito maiores do que em março, quando haviam chegado ao nível mais baixo dos últimos anos: 3.221 milhões de dólares. Há não poucos meses chamamos a atenção para o desastre decorrente da moratória, que, segundo alguns, custou ao Brasil mais de 710 milhões de dólares, de acordo com cálculos que nos parecem muito otimistas, porque, na contabilização das perdas, deve-se levar em conta também o que se deixou de receber — o que representa bem mais do que as perdas diretas.

Em primeiro lugar, antes mesmo da decretação da moratória, o País, para evitar a possível penhora das reservas, teve de transferi-las para o Banco de Compensações Internacionais, de Basel, na Suíça, a fim de assegurar-lhes extraterrito-

rialidade. Acontece que, enquanto as reservas receberiam, em bancos comerciais, a taxa do *Libor* (atualmente 7%), o banco da Suíça paga o *Libor* menos 3/8. Por outro lado, em razão da moratória, os bancos aumentaram seu *spread*, aumento que representou perda de pelo menos 80 milhões de dólares, e, ao mesmo tempo, encurtaram o prazo dessa linha, o que também implicou perda para o Brasil. Mais importante ainda foi o esfriamento das relações de nosso governo com o Banco Mundial e o BID (manobrado pelo representante dos Estados Unidos), o que fez com que o Brasil tivesse de pagar a cada uma dessas instituições 600 milhões de dólares mais do que recebeu.

Havia com o Clube de Paris um acordo condicional sobre a consolidação do principal devido no primeiro semestre do ano passado, no montante de 500 milhões de dólares. Mas esse acordo se achava condicionado à normalização das relações de nosso governo com os bancos credores. Como não se chegou a acordo, foram perdidos esses 500 milhões.

Os que defendem a moratória alegam que esta deveria ter sido estendida ao Banco Mundial, ao BID,

ao FMI e ao Clube de Paris. Deste modo, o País teria, sem dúvida, economizado divisas, mas, por outro lado, rompido definitivamente os laços com esses organismos. Logo teriam sido suspensas as linhas de crédito de curto prazo (15 bilhões) e, provavelmente, apreendidas mercadorias e bens brasileiros no Exterior. Teria sobrevivido a total asfixia cambial, isto é, a asfixia da economia nacional.

A moratória foi o maior erro do presidente Sarney, que deve reconhecer suas responsabilidades. Hoje, pelo menos, não está persistindo no erro, e mostra toda a boa vontade para com os credores estrangeiros, pagando o que as parcas reservas permitem ao País desembolsar. O Comitê de Assessoramento dos bancos credores, em nota enviada à comunidade financeira internacional, qualifica a atitude de nosso governo “como avanço importante na normalização das relações entre o Brasil e seus bancos credores”. Esperamos que esse avanço seja conclusivo. Convém lembrar, todavia, que diante de um devedor irresponsável os credores se conduzem com prudência, e que dificilmente o País conseguirá firmar um acordo de longo prazo.